

## Produção técnica de Cooperativismo

# Percepções de técnicos e cooperados sobre a relevância da Assistência Técnica e Extensão Rural em uma cooperativa agropecuária

Perceptions of technicians and cooperators on the relevance of Technical Assistance and Rural Extension in an agricultural cooperative

Gilmar Jorge Wakulicz<sup>1</sup> , Andréa Cristina Dörr<sup>1</sup> , Berenice Santini<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

## RESUMO

As cooperativas agropecuárias prestam serviços aos seus associados, sendo vistas como organizações intermediárias entre o cooperado e o mercado. Assim, elas devem estar atentas às necessidades das empresas particulares dos cooperados, visando satisfazer suas necessidades. O objetivo deste estudo é compreender como os cooperados e técnicos percebem os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados pelo Departamento Técnico de uma cooperativa agropecuária da Região Centro do Rio Grande do Sul. Como procedimento metodológico foi realizado um estudo de natureza qualitativa, onde utilizou-se a estratégia de estudo de caso de finalidade descritiva. Foram utilizadas três fontes de evidências para a coleta de dados primários – entrevista semiestruturada, levantamento (survey) e observação direta. Para a análise dos dados foi utilizada a análise de discurso, o software SPSS 23.0® e foram realizadas análises comparativas cruzadas entre os dados qualitativos e os quantitativos. Os resultados evidenciam que os serviços de assistência técnica são considerados o principal elo entre a cooperativa e seus cooperados. Conclui-se que há uma lacuna entre aquilo que os cooperados esperam que seja ofertado pelo Departamento Técnico da cooperativa e o que efetivamente tem sido colocado à sua disposição.

**Palavras-chave:** Cooperativas agropecuárias; Assistência técnica; Cooperados

## ABSTRACT

Agricultural cooperatives provide services to their members, being seen as intermediary organizations between the cooperative member and the market. Therefore, they must be attentive to the needs of the members' private companies, aiming to satisfy their needs. The objective of this study is to understand how cooperative members and technicians perceive the Technical Assistance and Rural Extension

services provided by the Technical Department of an agricultural cooperative in the Center Region of Rio Grande do Sul. As a methodological procedure, a qualitative study was carried out, which used the case study strategy of descriptive purpose. Three sources of evidence were used to collect primary data – semi-structured interview, survey and direct observation. Discourse analysis and SPSS 23.0® software were used to analyze the data and cross-comparative analyzes were carried out between qualitative and quantitative data. The results show that technical assistance services are considered the main link between the cooperative and its members. It is concluded that there is a gap between what members expect to be offered by the cooperative's Technical Department and what has actually been made available to them.

**Keywords:** Agricultural cooperatives; Technical assistance; Cooperated

## 1 INTRODUÇÃO

As organizações cooperativas, no entendimento de Pinho (2004), da mesma forma que os demais agentes econômicos produtivos, se deparam com problemas econômicos fundamentais e interdependentes “que resultam da escassez dos recursos à disposição dos homens: *o que, como e para quem produzir* (Pinho, 2004, p. 171), inferindo que os três problemas básicos de uma organização econômica estão sempre presentes, qualquer que seja o grupo social constituído.

Esses aspectos da teoria econômica também estão presentes no âmbito do cooperativismo, independente do ramo em que a cooperativa esteja inserida. Com o objetivo de evidenciar esta questão Pinho (2004, p. 171), questiona “Que bens e serviços serão produzidos e em que quantidade? Como serão produzidos, ou com que recursos humanos, materiais e tecnológicos? Para quem serão produzidos, quem deles usufruirá, ou como serão distribuídos entre os cooperados e os não-cooperados?”

A compreensão destes aspectos passa pela forma como são estruturadas, em termos econômicos, as organizações cooperativas. Estas, de acordo com Bialoskorski Neto (2012) estão inseridas entre as economias particulares dos cooperados e o mercado e, assim, elas “não irão possuir do ponto de vista econômico, uma existência autônoma e independente de seus membros” (Bialoskorski Neto, 2012, p. 18), e serão vistas como organizações econômicas intermediárias que devem sempre estar atentas as necessidades das empresas particulares dos cooperados, visando satisfazê-las.

Nesta lógica, o cooperado na fase pré-cooperação analisaria o retorno advindo, em termos de serviços, quando da associação. E, ao fazer essa análise, ele sempre optaria por alternativas que lhe proporcionem um aumento de sua satisfação que pode dar-se via aumento de sua renda ou mediante a diminuição de custos e riscos em função da participação na sociedade cooperativa. (Bialoskorski Neto, 2012).

Lauermann (2016) corroborando com essa visão, afirma que os cooperados representam diversos papéis em relação à cooperativa, pois ao mesmo tempo eles são donos, usuários, fornecedores e consumidores e, existe ainda, a possibilidade de serem gestores do empreendimento. Porém, independentemente de sua atuação há de se convir que os cooperados sempre estarão em busca da satisfação de suas ilimitadas necessidades.

Por sua vez, para Petarly (2013), são os extensionistas que assumem o papel de representantes da organização cooperativa frente aos cooperados, sendo que a organização preocupa-se em alcançar um equilíbrio entre o desempenho econômico e social, não somente da própria cooperativa, mas também dos seus cooperados.

Porém, no entendimento de Menegário (2000), a maioria das empresas cooperativas preocupa-se somente em avaliar sua função econômica e financeira deixando de lado a análise de sua função social, esquecendo-se que ela é uma sociedade de pessoas e que tem como principal objetivo prestar serviços aos seus cooperados.

Na busca por satisfazer as suas ilimitadas necessidades, os cooperados encontram junto à cooperativa o Departamento Técnico – Detec, que é o responsável pelas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater. Para os gestores e cooperados o Detec é entendido como o setor da cooperativa que têm a maior importância na relação cooperativa *versus* cooperado (Wakulicz; Santini; Scott, 2022).

Na literatura são encontrados muitos estudos que discutem a importância da Ater para o processo de desenvolvimento do setor produtivo rural, a exemplo de Peixoto (2008), Zarnott *et al.* (2017), Gomes, Nogueira e Costa (2018), Silva (2019), Pereira e Castro (2021), Gregolin e Souza (2021), Diesel *et al.* (2021), Vedana *et al.*

(2022), entre outros. Porém, quando se trata de discutir a atuação da Ater e a relação cooperativa *versus* cooperados poucos estudos desenvolvidos como o de Da Silva e Salanek Filho (2009), Petarly (2013) e Pires (2018), são encontrados. Neste sentido, pode-se dizer que há uma lacuna na literatura quando se discute a relação cooperativa *versus* cooperados, na percepção dos cooperados e dos técnicos quanto aos serviços prestados de Ater.

Dado que as cooperativas objetivam ampliar seus retornos financeiros para sua viabilidade no longo prazo e os cooperados esperam uma prestação de serviços cada vez melhor, conhecer como pensam e como atuam os técnicos do Detec junto aos cooperados e a percepção destes em relação aos serviços prestados pelo Detec, torna-se importante para ambos. Neste sentido, este estudo tem por objetivo compreender como os cooperados e técnicos da cooperativa percebem os serviços de Ater, prestados pelo Detec.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Ater: breve histórico

De acordo com Castro (2015), no Brasil, os serviços de Ater tem origem no ano de 1948 quando foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em Minas Gerais. Inicialmente, esta era uma entidade privada, que tinha como objetivo atuar no sentido de melhorar as condições econômicas e sociais dos indivíduos que residiam no meio rural. À ACAR, seguiu-se a criação de mais associações, com o mesmo objetivo, nos demais estados brasileiros. (Pereira; Castro, 2021).

Segundo Zarnott *et al.* (2017), as ACAR's, entidades sem fins lucrativos, tornaram-se um sistema nacional de Extensão Rural a partir da criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), no ano de 1956. As ACAR's através da extensão da ABCAR, tinham como finalidade a prestação de serviços de Extensão Rural e elaboravam projetos para a obtenção de crédito junto as instituições financeiras, com o intuito de

aumentar a produtividade das lavouras agrícola através da transferência de tecnologia e melhorar as condições de vida das famílias do meio rural, via aumento de sua renda.

Com o intuito de expandir os serviços de Ater e atingir um maior número de produtores rurais, no ano de 1974, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), sendo a primeira empresa pública de Ater. Neste sentido, as associações de crédito e Ater foram transformadas em empresas estatais. (Silva, 2019). Nos anos 1970 e 1980, o principal indutor das mudanças na agricultura era o crédito rural, fazendo com que os pequenos agricultores familiares ficassem à margem dos serviços de extensão rural. Porém, a partir da segunda metade da década de 1980, houve substancial redução nos recursos financeiros advindos do exterior, acrescido de crise fiscal na economia brasileira e consequente redução dos investimentos públicos (Pereira; Castro, 2021).

Estes fatos contribuem, na década de 1990, para o fim do sistema de Ater financiado pelo Governo Federal, tendo como consequência a extinção da EMBRATER. (Nunes; Silva; Sá, 2020). Por sua vez, o desmonte da Ater pública, levou a diversificação das organizações, entidades e instituições como ONGs, prefeituras, sindicatos, agroindústrias, lojas agropecuárias e as cooperativas, entre outras, a prestarem os serviços de Ater. (SENAR, 2016).

De acordo com Peixoto (2008), no ano de 2001, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, volta-se a discutir a política de Ater pelo Estado, culminando na criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2003. A PNATER foi lançada em 2004 e definiu as diretrizes para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), publicado em março de 2005. (Peixoto, 2008).

Zarnott *et al.* (2017) inferem que a PNATER apresenta uma nova forma de pensar a Ater, trazendo elementos como a valorização dos saberes e das culturas das comunidades, preocupação com o desenvolvimento sustentável, foco na agroecologia entre outros, porém não retoma o debate da Ater como instrumento do Estado, pois

passa a reconhecer a pluralidade institucional na oferta dos serviços de extensão rural. Para o autor, a PNATER “consolida a passagem de um Estado executor das políticas de extensão rural para um Estado fomentador de atores privados e públicos na oferta dos serviços para o público selecionado” (Zarnott, 2017, p. 110).

Este é o aspecto que interessa para este estudo, ou seja, a Ater deixa de ser compreendida como um atributo somente do Estado e passa a ser desempenhada por diversas outras instituições, a exemplo das cooperativas. Porém, neste íterim, cabe apresentar o conceito de Ater para melhor entendimento de sua importância para as organizações e principalmente para aos seus receptores, os produtores rurais.

Peixoto (2008) diz que a literatura estrangeira não faz distinção entre os termos assistência técnica e extensão rural, normalmente utilizando o termo *agricultural extension*, visto que há o entendimento de que dificilmente uma atividade de extensão rural não contemplará ações de assistência técnica. Porém, em termos de Brasil, entende-se por extensão rural “um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, seja conhecimentos técnicos ou não” (Peixoto, 2008, p. 7). Ou, conforme Senar (2016, p. 34), extensão rural é o “ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora (pesquisa/universidade) ao receptor final, o público rural (produtor rural)”. A assistência técnica difere-se por ser mais individualizada e não possuir, necessariamente, esse caráter educativo e visar “somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural” (Peixoto, 2008, p. 7).

## 2.2 A Ater e o cooperativismo

De acordo com Mattana (2019), o cooperativismo visa o desenvolvimento social e econômico, e ao mesmo tempo o individual e o coletivo dos indivíduos que possuem interesses em comum e que compõem essas organizações. Ainda, segundo o autor, no setor agropecuário, as cooperativas buscam viabilizar as atividades dos cooperados a partir da prestação de serviços que contribuam para o desenvolvimento destes.

No entendimento de Pereira e Castro (2021), uma organização cooperativa têm

como função a promoção da compra e venda dos produtos que são de interesse de seus cooperados, o desenvolvimento de atividades relacionadas ao consumo, produção, crédito agrícola e comercialização, além de prestar serviços, viabilizar assistência técnica e promover atividades culturais e educativas.

Neste sentido, as cooperativas agropecuárias apresentam relevante papel, pois buscam desenvolver suas atividades sempre pensando na inclusão e manutenção dos cooperados em suas atividades. (Bialoskorski Neto, 2012). No que se refere ao serviço de Ater Mattana (2019, p. 1), entende que este “[...] impacta diretamente no fortalecimento de Cooperativas. A assistência técnica é responsável, inclusive, pela elevação da produção e produtividade dos agricultores familiares”.

Para Freitas (2022, n.p), “investir em assistência técnica e extensão rural significa fortalecer também o agronegócio brasileiro”. O autor entende que o movimento cooperativista, em virtude de seu modelo de negócio, constitui-se em importante fonte de desenvolvimento de Ater. Contribuindo com esta visão, Petarly e Souza (2016, p. 29), inferem que “as ações de ATER, por sua vez, precisam receber atenção especial neste contexto, já que constituem o canal mais próximo entre a cooperativa e a propriedade do cooperado”.

Referendando essa percepção, Firetti e Ribeiro (2008, p. 1046), compreendem que a cooperativa “assume, ainda, a responsabilidade pela difusão de tecnologia aos pequenos e médios produtores, através de assistência técnica direta, palestras, dias de campo e projetos de extensão rural [...]”. Para Petarly e Souza (2016), as atividades desenvolvidas pelos agentes de Ater mostram que esses profissionais representam importante elo entre a cooperativa e os cooperados, visto que ao mesmo tempo em que ele é percebido como o representante da cooperativa, passa a ser o porta-voz de um poder institucional.

Castro e Pereira (2017) ao discutirem o papel da assistência técnica por parte das cooperativas, mostram que no Sul do Brasil existe uma aderência maior dos cooperados ao sistema de cooperativas. “Como consequência dessa maior taxa de



adesão, as cooperativas na Região Sul têm um papel mais relevante em oferecer assistência técnica para seus cooperados” (Castro; Pereira, 2017, p. 18).

Objetivando evidenciar essa importância da presença das cooperativas na prestação de Ater, e a origem da orientação técnica recebida pelos produtores rurais, são apresentados os dados relativos ao município de Restinga Sêca, para o ano de 2017 (Tabela 4).

Conforme IBGE (2022) no ano de 2017 haviam 1.153 estabelecimentos agrícolas no município, dos quais, 63,05% (727 produtores) receberam um total de 862 orientações técnicas de uma ou mais origens. Do total de produtores, 36,95% (426 produtores) não receberam orientação técnica de nenhuma origem.

Tabela 1 – Origem da orientação técnica recebida – município de Restinga Sêca, Censo Agropecuário 2017

<b>Variáveis</b>	<b>Número de propriedades que recebem orientação</b>	<b>% em relação ao total de produtores que recebem orientação técnica</b>
Governo (Fed/Est/Mun)	173	23,79
Própria ou do próprio produtor	54	7,43
Cooperativas	441	60,66
Empresas integradoras	156	21,46
Empresas privadas de planejamento	29	3,99
Organização não-Governamental	0	0
Sistema S	2	0,27
Outra	7	0,96
Total de orientações técnicas	862	
Total de produtores que recebem orientação técnica	727	
Total de produtores no município	1.153	

Fonte: Adaptada de IBGE (2022)

Os dados (Tabela 1), ainda evidenciam que há uma pluralidade de organizações que ofertam orientação técnica no município de Restinga Sêca. E, neste sentido, as cooperativas são as organizações que apresentam maior destaque. De um total de



862 orientações técnicas, 441 foram realizadas por cooperativas, correspondendo a 51,16% do total de orientações técnicas, evidenciando a importância das cooperativas na realização desta orientação.

Outra análise interessante é quanto ao tamanho das propriedades atendidas pela orientação técnica no município. (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de propriedades agropecuárias por tamanho em hectares que recebem orientação técnica, no município de Restinga Sêca – Censo Agropecuário 2017

<b>Variáveis</b>	<b>Governo (Fed/Est/Mun)</b>	<b>Próprio produtor</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Empresas integradoras</b>	<b>Empresas privadas</b>
Menos de 5 há	17	2	10	47	3
De 5 a menos de 10 há	28	0	36	43	6
De 10 a menos de 20 há	38	6	68	27	6
De 20 a menos de 50 há	40	9	116	17	8
De 50 a menos de 100 há	27	11	95	10	2
De 100 a menos 200 há	14	10	65	5	3
De 200 a menos de 500 há	9	5	39	6	0
De 500 a menos de 1000 há	0	8	9	1	0
De 1000 a menos de 2500 há	0	3	3	0	1
Total de propriedades	173	54	441	156	29

Fonte: IBGE (2022)

Na Tabela 2 não estão computadas as atividades realizadas pelo “Sistema S” e “outra”, que totalizam nove orientações técnicas (Tabela 1). O tamanho das propriedades assistidas pela orientação técnica, no município de Restinga Sêca, varia de 1 (um) a 2.500 hectares. Segundo IBGE (2022) o maior número destas propriedades

está dentro da faixa que corresponde a “de 20 a menos de 50 hectares”, representando 168 estabelecimentos (23,1% do total). Na sequência aparecem os estabelecimentos “de 10 a menos de 20 hectares” e “de 50 a menos de 100 hectares”, correspondendo a 17,33% e 15,68% respectivamente, das propriedades assistidas.

Ressalta-se a importância das cooperativas no atendimento destas propriedades, que corresponde a 116 estabelecimentos para a faixa entre “de 20 a menos de 50 hectares”. É possível observar, nos dados da Tabela 2, que elas são as organizações que mais orientam propriedades agropecuárias entre 10 hectares e menos de 1.000 hectares.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Tipo de pesquisa e coleta de dados**

Visando atingir os objetivos da pesquisa, foi realizado um estudo de natureza qualitativa, onde utilizou-se a estratégia de estudo de caso (YIN, 2010) de finalidade descritiva.

Seguindo as recomendações de Yin (2010), nesta pesquisa foram utilizadas três fontes de evidências para coleta de dados primários. Essas fontes foram entrevista semiestruturada, levantamento (questionários com dados quantitativos e qualitativos) e observação direta.

As entrevistas foram realizadas com três colaboradores do Detec, na unidade de Restinga Seca, no decorrer do mês de setembro de 2022 e a duração média, de cada, foi de 35 minutos. Posteriormente, estas foram transcritas para o Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5 entre linhas, resultando em 7.748 palavras digitadas em 18 páginas tamanho A4. Visando manter o anonimato dos entrevistados estes foram definidos como sendo E1, E2 e E3.

O levantamento atingiu 68 cooperados, que constituíram uma amostra de tamanho adequado à população de 900 cooperados ativos da cooperativa. Foram

aplicados questionários aos cooperados que estiveram no escritório e na agropecuária da cooperativa, unidade de Restinga Sêca, e no stand da cooperativa na 6ª ExpoRestinga realizada de 04 a 06 de novembro de 2022, no Centro de Eventos de Restinga Sêca. Porém, como a definição dos elementos da amostra foi por conveniência, classificamos a amostra como não-probabilística.

A observação direta ocorreu durante todos os eventos de coleta de dados, já que foram dados primários e que foram coletados sempre pelo pesquisador/autor desse estudo. Dessa forma, reuniram-se dados oriundos de associados e do pessoal técnico da cooperativa, sempre com o foco na percepção dos serviços de Ater. Naturalmente que, além de identificar as percepções das pessoas pesquisadas, foi possível estabelecer alguma comparação entre elas.

### **3.2 Análise dos dados**

As informações obtidas nas entrevistas foram tratadas por análise de discurso, que segundo Bêrni (2002, p. 255), se preocupa mais em refletir “sobre as condições de produção do discurso e de apreensão de significados”.

Os dados quantitativos dos levantamentos foram analisados utilizando o software SPSS 23.0®. Foram realizadas medidas descritivas de centralização e de variabilidade, além de análises de correlação.

Por fim, foram realizadas análises comparativas cruzadas entre os dados qualitativos e os quantitativos, identificando-se similaridades de sentido entre dados das entrevistas, do levantamento e das observações diretas.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O Detec da cooperativa estudada, unidade de Restinga Sêca, possui em seu quadro de funcionários dois Engenheiros Agrônomos e um auxiliar técnico, acadêmico do curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal de Santa Maria. Um dos Agrônomos também é Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Buscando evidências sobre as funções econômica e social de uma organização cooperativa, principalmente no que concerne o social, traz-se à baila as percepções dos funcionários do Detec da cooperativa. Estes, da mesma forma que os gestores da organização, entendem a importância do setor como sendo o elo entre a cooperativa e os associados, pois esta relação não se resume somente a prestação de serviços, “nós temos a demanda e sabemos quais as necessidades do produtor” (E2, 2022), “levamos a política da cooperativa, as informações internas e a parte técnica aos cooperados”. (E1, 2022).

As atribuições do Detec, descritas por seus profissionais, constituem-se em levar assistência técnica ao campo, venda de insumos, planejamento da safra, desenvolvimento de projetos de custeio, de investimentos, conhecimento sobre novas tecnologias e funcionamento da cooperativa, dentre as quais estão a parte burocrática, as normas e a visão da direção. Para E3 (2022), a “principal atribuição do Detec é dar amparo ao associado, estar perto dele no campo, sempre procurando maximizar seus resultados econômicos a partir de uma função social”.

As atividades desenvolvidas pelos profissionais do Detec, para o período que compreende os anos de 2018 a 2022, estão apresentadas na Tabela 3.

O volume de serviços prestados, por somente três profissionais, pode ser considerado de grande monta. Observa-se que, em sua totalidade, o ano de 2018 se destaca com 1.776 atendimentos. Nos anos seguintes há uma redução nestes números, não sendo apresentada uma justificativa, visto que as atividades são desenvolvidas por demanda dos produtores associados e o setor contar com três funcionários em todos os anos da análise.

Tabela 3 - Atividades de Ater desenvolvidas pelo Detec, unidade de Restinga Sêca

Atividade	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas agronômicas emitidas	1.309	1.082	1.088	1.043	780
Visitas a campo	*	*	*	*	273**
Recomendação Agronômica de uso interno	11	16	10	22	31
Laudos de DAP (Programa Biodiesel)	141	165	134	115	77
Laudos de Bens/imóveis de associados	18	3	6	9	16
Recomendação de adubação/insumos, por cooperado	73	40	38	18	18
Propostas de seguro agrícola	15	17	52	32	7
Projetos de custeio/investimento pela Cotrisel	93	91	62	104	45
Ensaio experimentais com novas tecnologias	5	3	3	5	10
Solicitação/renovação de licenças da cooperativa	1	3	3	5	4
Renovação/solicitação de licenças de associados	20	35	14	40	46
Projetos de custeio via instituição financeira	80	77	75	59	77
Projetos de investimento via instituição financeira	10	2	2	3	5
Declaração de produtos hormonais	***	***	***	13	18
Total de atividades realizadas	1.776	1.534	1.487	1.468	1.407

OBS: \* Não avaliado. \*\* 01/11/2021 a 21/12/2022. \*\*\* Não havia a obrigatoriedade.

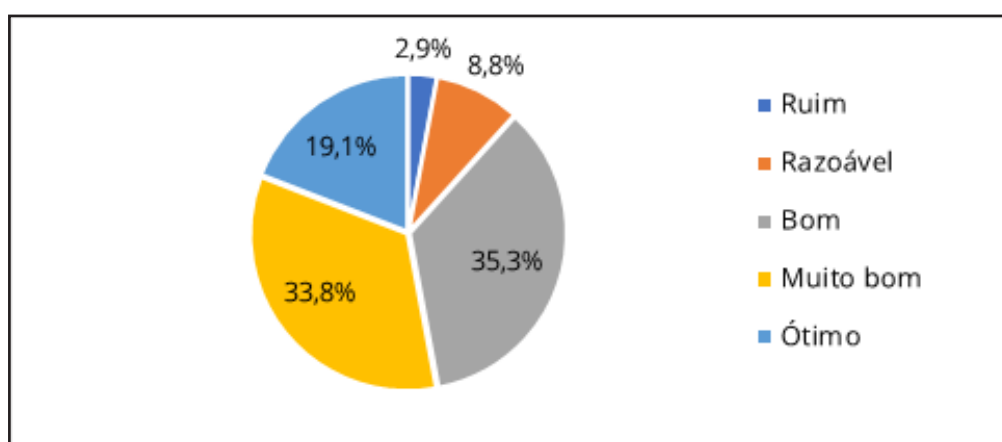
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A emissão de receitas agronômicas se destaca dentre as demais atividades com 1.309 atendimentos, em 2018, reduzindo-se para 780, em 2022. A receita agronômica é um documento com a prescrição de uso dos defensivos agrícolas e sua emissão é obrigatória em todas as vendas de agrotóxicos. Outra atividade que apresenta destaque é a emissão de Laudos de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). Este documento é emitido para os produtores que desejam acessar o programa de biodiesel.

Porém, dos dados da Tabela 3, há a necessidade de destacar o item “visita a campo” que aparece, em números, somente para o ano de 2022, não significando dizer que não havia este atendimento nos anos anteriores, mas somente que não era contabilizado. A presença dos agrônomos na propriedade dos produtores é um dos aspectos de maior cobrança por parte dos cooperados e reconhecida como necessária pelos profissionais do Detec.

Para melhor compreender esse aspecto, é importante conhecer a avaliação dos cooperados sobre os serviços prestados pelo Detec, visto que ela contribui para o entendimento da importância e do desempenho desse setor considerado o elo entre a cooperativa e o cooperado. Ao serem questionados como avaliam os serviços realizados pelo Detec, 35,3% dos cooperados dizem ser bom, 33,8% avaliam como muito bom e 19,1%, como ótimo. Chama a atenção que 11,7% avaliam os serviços prestados como razoável ou ruim. (Figura 1).

Figura 1 – Avaliação dos serviços prestados pelo Detec



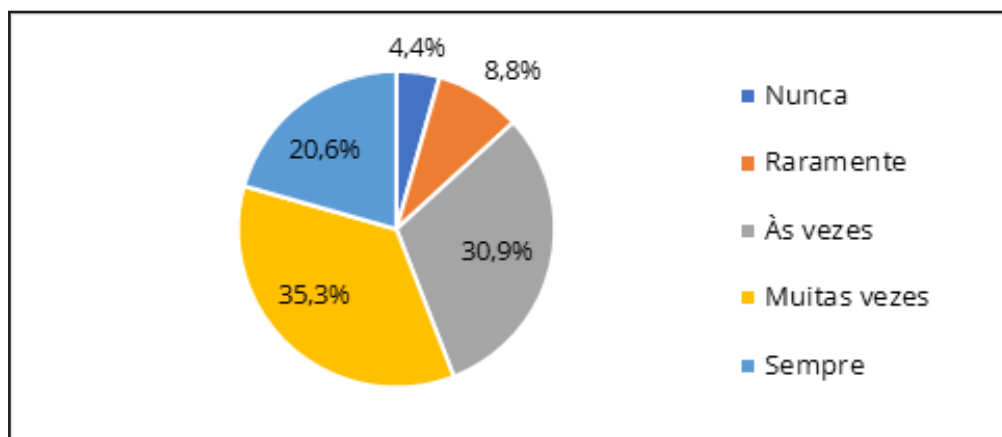
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Por ser o setor entendido como aquele que se configura como o de maior relevância na relação entre a cooperativa e o cooperado, compreende-se que este deveria apresentar uma avaliação totalmente positiva. Nesse sentido, é importante também conhecer o ponto de vista dos profissionais que atuam no Detec. Assim, ao ser questionado sobre sua percepção em relação aos serviços prestados aos cooperados, E1 (2022), acredita que na unidade de Restinga Seca a maioria dos cooperados avalia-o bem. Por sua vez, E2 (2022), entende haver algumas reclamações dos cooperados, visto que somente dois agrônomos não conseguem atender a todos como realmente deveriam. “Estas reclamações passam pela necessidade de estarmos mais a campo”. (E2, 2022, n. p). O Entrevistado 3 (2022), compactua da visão de E1, porém, afirma que “os feedbacks que temos em relação ao Detec são muito bons” (E1, 2022, n. p).

Um dos aspectos que contribuem para entender essa avaliação é apresentado na Figura 2, quando os associados são questionados se o número de profissionais que atuam no Detec são suficiente para o atendimento de suas demandas.

No entendimento de 35,3% dos associados, muitas vezes o Detec consegue atender sua solicitação de estar presente no campo, 30,9% afirmam que isso acontece somente “às vezes” e 20,6% dos cooperados dizem que “às vezes” são atendidos em suas solicitações. Salienta-se que 13,2% dos cooperados afirmam que raramente ou nunca são atendidos quando solicitam a presença de um profissional junto ao campo. Nesse sentido, é possível afirmar que do ponto de vista dos cooperados o Detec não tem conseguido atender a contento as suas demandas.

Figura 2 – Número suficiente de técnicos para atender as demandas dos cooperados



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Para os membros do Detec, o atendimento das demandas dos cooperados é entendido como sendo elemento chave na relação cooperativa *versus* cooperado. O Entrevistado 3 (2022) afirma que o Detec, além de seu atual quadro efetivo de trabalhadores, necessitaria da contratação de no mínimo mais dois profissionais. Assim, um deles deveria ater-se aos processos administrativos, liberando os demais para a atuação junto à propriedade dos cooperados.

“A cooperativa quer que estejamos mais presentes no campo” (E1, 2022, n.p). Com estas palavras o Entrevistado 1 inicia sua análise da capacidade de atendimento,



da demanda dos cooperados, via Detec, e, assevera que ao longo dos dois últimos anos a cooperativa foi “enxugando o setor” (E1, 2022, n.p). Este, entende que é necessário levar a imagem da empresa cooperativa ao associado e comunidade e fazer frente a outras empresas que estão sempre presentes no campo. E1 (2022), ao mesmo tempo, faz referência e reflete sobre a fala de um cooperado que afirmou ter recebido, no decorrer do ano de 2021, 17 empresas em sua propriedade agrícola oferecendo produtos e assistência técnica.

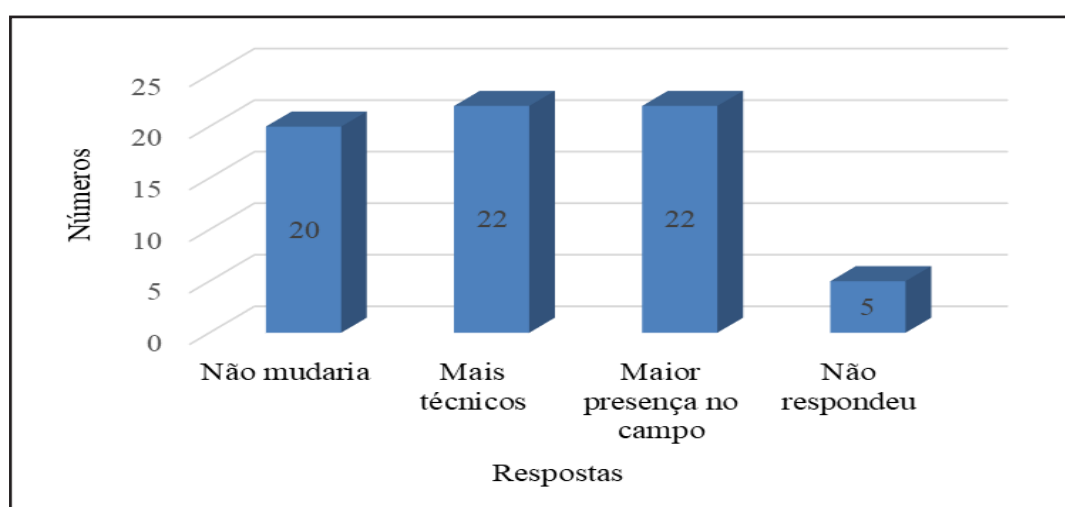
Oliveira Jr. (1996), apresentou um indicador para avaliar a quantidade necessária de funcionários, em departamentos técnicos, para atender os serviços demandados pelos produtores. Para cooperativas agrícolas, este indicador foi criado a partir da relação entre número total de funcionários de Ater e número de associados da cooperativa, resultando nos seguintes parâmetros analíticos: relação 1: >200 = péssima; 1: 160<200 = ruim; 1: 120<160 = regular; 1: 80<120 = bom e 1: <80 = excelente.

Nesta análise (Figura 2), tem-se que a soma de “às vezes, raramente e nunca” chega a 44,1%, retratando assim uma insatisfação dos cooperados em relação a disponibilidade dos profissionais em atender as suas necessidades. Pelo indicador de Oliveira Jr., considerando que a unidade da Restinga Sêca, possuía aproximadamente 900 cooperados ativos, no ano de 2021 (Cotrisel, 2022) e três funcionários no Detec, indica que existe 1 (um) funcionário para cada 300 associados, classificando-se como péssima. Esta análise também foi utilizada por Silva (2000) ao avaliar a eficiência econômica e social em cooperativas do segmento pecuário em Pernambuco. Os resultados obtidos por esse autor, evidenciavam que naquele momento, em Pernambuco, as cooperativas possuíam 1 (um) profissional (técnico, agrônomo ou veterinário) para cada 755 associados sendo, também, classificadas como péssimas, neste quesito.

Ainda, buscando compreender de forma mais abrangente a percepção dos associados sobre os aspectos econômicos e sociais advindos da relação cooperativa versus cooperado, via atividades de Ater desenvolvidas pelo Detec, foram aplicadas

duas questões abertas aos cooperados. A primeira, faz referência ao que os cooperados mudariam no atendimento do Detec. (Figura 3). As respostas aqui apresentadas são as mais representativas e reforçam a discussão anterior sobre a necessidade de maior número de profissionais no setor e de sua presença no campo, ou seja, de um total de 68 respondentes, 22 entendem que a cooperativa deveria estar mais presente na propriedade dos cooperados e ter mais profissionais no Detec.

Figura 3 – Mudaria no atendimento do Detec



Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Em estudo realizado com produtores rurais em comunidades do Sul do Amazonas por Gomes, Nogueira e Costa (2018), foi solicitado aos agricultores o que poderia ser melhorado pelos prestadores de serviços de Ater, para que esta fosse mais eficiente. A resposta mais citada foi a falta de técnicos para a realização dos trabalhos e a necessidade de mais visitas e esclarecimentos técnicos nas comunidades. Essas respostas apresentam semelhança com o obtido neste estudo.

Outras respostas ao questionamento indicam um pensamento dos cooperados além do apresentado na Figura 3, e inferem que o atendimento na propriedade deveria acompanhar todas as etapas da cultura e mostrar que realmente o Detec é o elo entre o produtor e a cooperativa, permitindo-se sair do escritório e estar mais presente na lavoura.

Nesse sentido, E1 (2022, n.p) faz referência que “gostaria de estar mais presente no campo, entendo que é uma demanda e já expus internamente na cooperativa”, porém, novamente faz referência de que é necessário ter mais funcionários no Detec. Ainda, ressalta o entrevistado, “a gente precisava ter um profissional Técnico em Meio Ambiente, que cuidasse da parte burocrática, das planilhas e das licenças, para que pudéssemos estar mais a campo”. (E1, 2022, n.p).

A compreensão do profissional do Detec vai ao encontro do que revelam os cooperados em suas respostas, pois outra solicitação destes é manter um funcionário no Detec quando os demais estiverem realizando as visitas ao campo. Esta é uma importante e necessária mudança que, no entendimento de E1 (2022, n. p), “agregaria mais para a cooperativa, tanto em termos de atendimento aos cooperados, quanto da própria imagem da cooperativa perante os associados”, visto que há significativa demanda tanto de balcão, quanto de campo.

A segunda questão traz um aspecto mais amplo, na qual busca-se saber o que é necessário que a cooperativa ofereça aos cooperados além daquilo que já é habitualmente ofertado. Os serviços de Ater voltam a aparecer como necessidade de maior oferta por parte da cooperativa, com 25% das observações. Para 21% dos associados, a cooperativa deveria aumentar o valor pago pelos produtos que recebe na safra e 15% dizem haver necessidade de redução dos preços cobrados pelos insumos agrícolas. Para estes associados, no que concerne ao valor final pago pelos produtos da safra e pelo valor cobrado dos insumos agrícolas, os gestores deveriam estar mais atentos ao mercado, observando a prática das demais cooperativas e empresas privadas que atuam no mesmo ramo de atividade, pois as mesmas estariam praticando melhores preços.

Providenciar apoio logístico é outro ponto abordado por 14,7% dos cooperados. Estes, entendem que há uma dificuldade na retirada dos grãos da lavoura e transporte até a cooperativa, no período da safra, além de considerarem que há um elevado custo nesta operação. Para os cooperados a cooperativa deveria ajudar a retirar o

produto da lavoura e subsidiar o transporte, seja colocando caminhões a disposição dos associados ou intermediando as operações de movimentação das cargas. Apesar destas considerações dos cooperados, é importante ressaltar que para 22% deles, a cooperativa oferece tudo o que o cooperado necessita.

Os pontos observados anteriormente, podem ser considerados como os de maior demanda por parte dos cooperados. Porém, outros aspectos menos citados merecem destaque, quais sejam: aumento do valor destinado a distribuição de sobras; não fazer distinção entre pequeno e grande produtor para o atendimento de demandas; ampliação da capacidade de armazenamento de grãos; atentar aos resultados financeiros da cooperativa; oferecer preços diferenciados aos associados no supermercado da cooperativa; divulgação de novas tecnologias para a agricultura; e, ofertar programas e cursos de atualização voltados a temas relativos ao setor agrícola (por exemplo: mercado agrícola, novidades de produtos/novas tecnologias, serviços).

Antes de analisar estas demandas dos cooperados, faz-se necessário ressaltar que normalmente os atendimentos do Detec são realizados a partir de demanda dos cooperados. Em épocas de plantio todos os atendimentos são realizados a partir da solicitação e agendamento por parte do produtor. Fora dos períodos de safra, são realizadas visitas em algumas propriedades.

No ano de 2022, de acordo com E1 (2022), buscou-se inovar e adotou-se como estratégia o uso de planilha com cronograma de quais propriedades deveriam ser visitadas. Nesse sentido, foram elencados 22 associados para serem visitados mensalmente de acordo com cronograma definido previamente. Estes, foram divididos em três grupos: 8 (oito) cooperados considerados totalmente fieis e que trabalham somente com a Cotrisel; 8 (oito) que operam parcialmente (entregam de 30% a 50% da produção); e, 6 (seis) que não estavam mais mantendo relações de negócio com a cooperativa.

Segundo E1 (2022), os resultados desta estratégia ainda estavam em análise, porém, previamente, podem ser considerados positivos, pois “teve negócio de 1.000

ton. de calcário e 100 ton. de adubo simplesmente por eu ir visitar o cooperado e ele precisar do produto e eu atender a demanda dele”. (E1, 2022, n. p). Ainda, “lembro de um associado que entregava pouco produto na cooperativa e depois entregou 70% a 80% da produção dele na cooperativa”. (E1, 2022, n. p).

A partir desta constatação o Entrevistado 1 (2022) diz que é importante entender a resposta as seguintes questões “será que ele não está comprando com a gente, na sua cooperativa, e está deixando de ser fiel por falta da assistência técnica que não está chegando lá? Ou não é a assistência técnica?”. (E1, 2022, n. p). A resposta a esta pergunta pode ser “a falta da nossa presença no campo que faz com que ele não venha negociar na cooperativa. Precisamos resgatar o associado”. (E1, 2022, n. p). Esta é a função social da cooperativa, isto gera um impacto positivo, tanto social quanto econômico, para o cooperado e para a cooperativa.

No entendimento de E2 (2022), a não presença da cooperativa na propriedade do cooperado é fator de preocupação, visto que “tem produtor que vem atrás da gente, mas tem produtor que não vem e provavelmente vai migrar para outra cooperativa ou empresa, pois estas estão lá na propriedade sem precisar chamar.” (E2, 2022, n. p). Neste sentido o Entrevistado 2 (2022) entende que a cooperativa deve atuar como uma empresa de mercado e gerar demanda, caso contrário as demais empresas tomarão conta do mercado. Porém, se há o entendimento de que a prestação de serviços via Detec é o principal elemento da função social da cooperativa, estar na propriedade do cooperado, conhecer as suas necessidades e prestar esse serviço deveria ser atividade constante da cooperativa. E, esta é uma das demandas dos cooperados.

Outro aspecto considerado importante refere-se a existência de tratamento distinto no atendimento aos pequenos e grandes produtores. Para E3 (2022), sempre é enfatizado pela equipe de trabalho a necessidade de atender os associados sem fazer nenhuma distinção entre o pequeno e o grande produtor, tanto no atendimento presencial no Detec, quanto em sua propriedade. De acordo com o Entrevistado 1 (2022, n. p), “é claro que tem, hoje, por exemplo, tenho cinco demandas urgentes

aqui. Vou dar prioridade àquele que trabalha 100% conosco e se ele é grande vou nele primeiro, porém não vou deixar de atender o pequeno produtor”. Esta distinção é percebida por parte de alguns cooperados e relatada no questionário aplicado a eles.

Porém, complementando seu raciocínio, E3 (2022) afirma que normalmente as cooperativas beneficiam o grande produtor em função do volume de produtos entregues e do volume de insumos adquiridos, desta forma, igualando-se às empresas privadas, excluindo a lógica de associação de pessoas com os mesmos direitos e benefícios. “Qual seria a solução? Talvez a criação de cooperativas de grandes produtores, de médios e pequenos produtores de modo independente, mas os pequenos sobreviveriam no mercado competitivo dados os custos de manutenção da organização cooperativa?” (E3, 2022).

O argumento apresentado por E3 leva a observação de que a função social da cooperativa está atrelada a função econômica. Uma organização cooperativa possui duas funções, a econômica e a social. “É uma organização que possui uma atividade econômica, mas que tem por principal finalidade a geração de benefícios ou melhorias para o seu quadro social – os cooperados”. (Ferreira; Arbage, 2016, P. 17).

No que se refere a difusão de novas tecnologias pela cooperativa, E2 (2022), diz que normalmente são feitos ensaios com cultivares de arroz e soja e, em 2022, também foi feito com o trigo e aveia, pois está aumentando a produção destes cultivares na região. Ainda, ele informa que já existe área destinada para ensaios com cevada, visando o interesse de alguns cooperados. Também são feitas avaliações de fungicidas e fertilizantes foliares. O uso do Drone é outra tecnologia que está sendo testada por alguns cooperados, principalmente aqueles que possuem pequenas áreas de produção. O Drone têm menor custo em relação ao uso de avião agrícola para a aplicação de defensivos em pequenas áreas. (E1 e E2, 2022).

O Entrevistado 3 (2022) faz referência a participação dos profissionais do Detec em evento realizado neste ano pela CCGL, em Gramado, onde foram apresentadas diversas novas tecnologias que serão buscadas para disseminação junto aos

cooperados da Cotrisel. E3 (2022) também faz referência a pesquisas com tecnologias como genética em sementes, plantio e manejo de invasores e uso de Drone para aplicações de defensivos em substituição ao uso de tratores e aviões agrícolas.

Para Da Silva e Salanek Filho (2009), as cooperativas possuem a capacidade de aproximar seus cooperados e com isso melhorar o relacionamento entre eles e, principalmente, promover o acesso a novos conhecimentos e novas tecnologias. Esse é um aspecto inerente a formação e fortalecimento de seu capital social.

Por fim e não menos importante, cabe ressaltar que a cooperativa Cotrisel não cobra pela realização de serviços de assistência técnica. De acordo com E2 (2022) a visita à propriedade, assistência na lavoura e regulação de pulverizador e de máquinas usadas no plantio, por exemplo, caracterizam-se como atividade de assistência técnica e não são cobradas. Para E1 (2022) serviços como análise de solo, projetos de investimento, laudo para agente financeiro a exemplo de laudo de acompanhamento de lavoura – com três visitas, laudo de maquinário agrícola, são exemplos de atividades que são cobradas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange a cooperativa em estudo, os serviços de Ater são considerados como o principal elo entre a cooperativa e seus cooperados e são também percebidos, pelos gestores, como fator social dentro das funções deste tipo de organização. Neste sentido, este estudo teve por objetivo compreender como os cooperados e técnicos da cooperativa percebem os serviços de Ater prestados pelo Detec.

Os pontos apresentados pelos cooperados compreendem aspectos econômicos e sociais e refletem, em seu entendimento, que há uma lacuna entre aquilo que esperam que seja ofertado pelo Detec e o que efetivamente a cooperativa tem colocado à sua disposição. Esse ponto de vista é compartilhado pelos membros do Detec quando é avaliado que há a necessidade de contratação de maior número



de funcionários para o setor, o que consequentemente viabilizaria a oferta de maior assistência a campo, visto que estar mais presente na propriedade é uma das principais demandas dos cooperados.

Em relação ao Detec, os números apresentados mostram que, para o período em análise, houve uma redução no total de atividades desenvolvidas, porém estas ainda são em grande monta para a atuação de somente três profissionais. O número de funcionários manteve-se constante ao longo dos últimos anos, porém chama a atenção que houve o cômputo de atividades como visitas a campo, algo que não era registrado em períodos anteriores. Fica evidenciada na fala dos profissionais do Detec, o desejo de estarem mais presentes na propriedade dos cooperados, o que seria possível somente a partir da contratação de mais profissionais para o setor.

Este também é um principais aspectos referidos pelos cooperados quando da avaliação dos serviços prestados pelo Detec e da análise do que mudariam no atendimento oferecido pelo setor. A avaliação dos cooperados quanto aos serviços prestados pelo Detec não correspondem, na integralidade, as expectativas de seus profissionais. Estes acreditavam que seriam bem avaliados, porém parte significativa dos cooperados entende que há a necessidade na melhora da oferta de serviços prestados, principalmente a partir do aumento do número de técnicos no setor.

Outra questão pertinente e que merece destaque, está relacionada ao valor pago pela cooperativa pelos produtos adquiridos dos cooperados. A principal reclamação dos cooperados é que cooperativas concorrentes, da região, e empresas privadas tem oferecido melhores valores por saca de grãos. Este fator desmotivaria a fidelidade dos cooperados com a cooperativa levando-os a se associar em outras cooperativas da região. Este é um fator preocupante para a própria sobrevivência da cooperativa e merece ser observado pelos gestores.

Além das demandas aqui referidas, os cooperados refletem sobre outros serviços e atividades de menor monta e que não estão sendo disponibilizados a contento pelo Detec. Portanto, resgatando as questões referidas por pinho (2004),

principalmente, sobre que bens e serviços serão produzidos, em que quantidade e quem deles usufruirá, pode-se concluir que há um descompasso entre o que os cooperados desejam e o que a cooperativa consegue ofertar atualmente, dada sua capacidade instalada. Este pode ser um limite das cooperativas que embora sejam orientadas comercialmente ao mesmo tempo são instrumentos de melhoria social.

Neste sentido, atender o desejo de todos os cooperados e em sua magnitude não se constitui num exercício de fácil resolução.

## REFERÊNCIAS

BÊRNI, D. de A. (Org.). **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e Gestão de Organizações Cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CASTRO, C. N. de.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater**. (Texto para discussão, 2343). Brasília: IPEA, 2017.

CASTRO, C. N. de. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. (Boletim regional, urbano e ambiental) Brasília: IPEA, jul-dez. 2015.

COTRISEL. **Relatório de gestão Cotrisel 2021**. Disponível em: <https://www.cotrisel.com/quem-somos>. Acesso em: 16 set. 2022.

DASILVA; C. L.; SALANEK FILHO, P. Capital social y cooperativismo agropecuario: una evaluación del funcionamiento de la cooperativa COPACOL/Paraná/Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. v. 15, n. 1. Maracaibo, mar. 2009.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; DIAS, M. M.; FROELICH, J. M. Política de assistência técnica e extensão rural no Brasil: um caso de desmantelamento? **Estudos Sociais e Agricultura**. 29 (3), p. 597-634, 2021.

FERREIRA, G. M. V.; ARBAGE, A. P. **Governança e sua relação com a fidelidade em cooperativas**. Porto Alegre: Buqui, 2016. 272 p.

FIRETTI, R.; RIBEIRO, M.M. de L.O. 2008. Cooperativismo e assistência técnica: novos parâmetros para ação. **Acta Scientiarum. Animal Sciences**, v. 23, maio 2008, 1045-1054. DOI:<https://doi.org/10.4025/actascianimsci.v23i0.2665>.

FREITAS, M. L. de. **Cooperativismo como fator de fortalecimento da assistência técnica e extensão rural**. 2022. Disponível em: <https://www.anater.org/index.php/2022/03/04/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

GOMES, M. C.; NOGUEIRA, A. C. F.; COSTA, F. S. da. Assistência técnica e extensão rural em comunidades rurais do sul do Amazonas. **Novos Cadernos NAEA**. V. 21, n. 2, p. 193-211, mai./ago. 2018.

GREGOLIN, M. R. P.; SOUZA, R. S. de. Disputas conceituais e metodológicas na concepção de um projeto de ATER para cooperativas de agricultores familiares. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.8469>.

IBGE. **Censo agro 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022 Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 Abr. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed.. Porto Alegre: Bookman, 2010.

LAUERMANN, G. J. **Análise de desempenho em cooperativas agropecuárias: avaliação do equilíbrio entre as perspectivas econômico-financeiras e econômico-sociais**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Gestão de Cooperativas) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2016.

MATTANA, J. **A excelência no cooperativismo passa pela assistência técnica**. Disponível em: <https://www.manejebem.com.br/publicacao/novidades/a-excelencia-no-cooperativismo-passa-pela-assistencia-tecnica>. Acesso em: 06 set. 2019.

MENEGÁRIO, A. **Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação de cooperativas agropecuárias**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP. Piracicaba, SP. 2000.

NUNES, E. M.; SILVA, V. M. de.; SÁ, V. C. de. Assistência técnica e extensão rural (ATER): formação e conhecimentos para agricultura familiar do Rio Grande do Norte. **Redes, on-line**. Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 857-881, mai./ago, 2020. DOI: 10.17058/redes.v25i2.14174.

OLIVEIRA JR, C. C. de. **Avaliação da eficiência empresarial das cooperativas**. 3. ed. Curitiba: Ocepar, 1996.

PACÍFICO, D. A. Extensão rural no Brasil: por uma análise da instrumentação da ação pública. **Mundo Agrário**, 23(52), e187, 2022. <https://doi.org/10.24215/15155994e187>.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação. (Texto para discussão 48). Brasília: CONEG, 2008.

PEREIRA, C. N., CASTRO, C. N. **Assistência técnica na agricultura brasileira**: uma análise sobre a origem da orientação técnica por meio do Censo Agropecuário de 2017 (Texto para discussão 2704). Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

PETARLY, R. R.; SOUZA, W. P. de. **Assistência Técnica e extensão rural cooperativa**: o departamento de campo de uma cooperativa agropecuária em Minas Gerais. Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM. Santa Maria, v. 2, n. 2, abr.jun. 2016.

PETARLY, R. R. **Assistência técnica e extensão rural para quê?** O caso da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio. (2013) Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG, 2013.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004.

PIRES, M. L. L e S. Velhas alianças e novos compromissos: extensão rural e cooperativismo agrícola no Brasil. **Revista de Extensão e Estudos Rurais** – REVER. V. 7, N. 1, Jan./Jun. 2018.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Curso técnico em agronegócio: assistência técnica e extensão rural.** (PRONATEC, Rede e-Tec Brasil). Brasília (DF), 2016.

SILVA, E. S. A eficiência econômica e social em cooperativas do setor pecuário em Pernambuco. **VII Congresso Brasileiro de Custos.** Recife, PE, Brasil, 02 a 04 de agosto de 2000.

SILVA, R. de O. P. Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um pouco de sua história. **Análise e Indicadores do Agronegócio.** v. 11, n. 5, maio 2016. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-33-2016.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

VEDANA, R.; GARCIAS, M.de O.; SHIKIDA, P. F. A.; ARENDS-KUENNING, M. P. **O cooperativismo na dinâmica econômica e social da agropecuária brasileira.** Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

WAKULICZ, G. J.; SANTINI, B.; SCCOTT, C. R. Assistência técnica e extensão rural na cooperativa Tritícola Sepeense Ltda (Cotrisel) – unidade de Restinga Sêca. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas.** v. 9, n. 18, e1, Jul/Dez., 2022. <https://doi.org/10.5902/2359043367853>.

ZARNOTT, A. V.; DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S.; FIALHO, M. A. V. Avanços e retrocessos na política de extensão rural brasileira: análise crítica sobre a ANATER. **Rev. Fac. Agron. La Plata.** vol. 116 Extensión Rural: 107-119, 2017.

## Contribuições de autoria

### 1 - Gilmar Jorge Wakulicz

Economista; Doutor em Extensão Rural (UFSM). Docente da Universidade Federal de Santa Maria.

<https://orcid.org/0000-0001-7564-2030> - [gilmarwakulicz@politecnico.ufsm.br](mailto:gilmarwakulicz@politecnico.ufsm.br)

contribuição: Conceituação, Investigação, Metodologia, Escrita – Primeira redação, Escrita – revisão e edição

### 2 - Andréa Cristina Dörr

PhD em Economia na Universidade de Hannover, Alemanha. Docente da Universidade Federal de Santa Maria.

<https://orcid.org/0000-0003-0219-7380> - [Andrea.dorr@yahoo.com.br](mailto:Andrea.dorr@yahoo.com.br)

Contribuição: Análise formal, Validação, Escrita – revisão e edição.

### 3 - Berenice Santini

Doutora em Administração (UFRGS). Docente da Universidade Federal de Santa Maria.

<https://orcid.org/0000-0002-5300-8917> - [bsantini@politecnico.ufsm.br](mailto:bsantini@politecnico.ufsm.br)

Contribuição: Análise formal, Validação, Escrita – revisão e edição.

### Conflito de Interesses

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

### Direitos autorais

Os autores dos artigos publicados pela RGC mantêm os direitos autorais de seus trabalhos.

### Verificação de Plágio

A RGC mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como por exemplo: Turnitin.

### Editores de seção

Vitor Kochhann Reisdorfer, Carla Sccott.

### Editora Chefe

Marcia Helena dos Santos Bento.

### Como citar este artigo

WAKULICZ, G. J.; DÖRR, A. C.; SANTINI, B. Percepções de técnicos e cooperados sobre a relevância da Assistência Técnica e Extensão Rural em uma cooperativa agropecuária. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 12, n. 23 e87706, 2025. DOI 10.5902/2359043287706. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043287706>.